

Crescimento e crise: a retomada do Estado e novas estratégias de políticas

Nesta mesa de encerramento, propõe-se discutir o papel do Estado e que novas políticas precisam ser pensadas face às mudanças na geopolítica mundial, em uma perspectiva de desenvolvimento de longo prazo. As mudanças recentes na economia mundial e na geopolítica internacional deram fôlego às visões teóricas que colocam ênfase no papel do Estado como regulador e, principalmente, como agente que define as estratégias de desenvolvimento das economias nacionais. Os problemas de regulação do capital financeiro e sua relação com a capacidade produtiva colocaram em xeque, mais uma vez, os pressupostos liberais.

As mudanças no regime produtivo da economia global e na sua distribuição espacial representada, principalmente, pelo aumento de importância relativa dos BRICS¹ reforçou a importância do papel do Estado como agente de desenvolvimento e dos instrumentos de poder de compra do governo.

Adicionalmente, as evidências crescentes de limites ambientais apontam para o esgotamento do paradigma produtivo baseado na exploração intensiva de recursos naturais, especialmente os não renováveis. Tais tendências reforçam a necessidade de uma transição para um paradigma produtivo centrado numa economia de baixo carbono e recursos energéticos renováveis.

Em paralelo, o ritmo da mudança tecnológica, baseada em tecnologias transversais como as que serão analisadas ao longo do seminário, assim como as novas exigências por uma economia social e ambientalmente sustentável, exige a construção de um novo arcabouço de políticas onde seja repensado o papel do Estado.

Perante a complexidade dos processos em transformação, essa mesa pretende debater os condicionantes e desafios para se pensar em uma política produtiva e de inovação incluyente que permita ao mesmo tempo uma inserção mais adequada na economia global e um resgate da dívida social e territorial.

Questões para discussão:

1. A nova geopolítica, em um contexto de “crise e crescimento”, oferece maiores margens de manobra para os estados nacionais?

¹ Países que formam o BRICS: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

2. Como as políticas de regulação financeira podem contribuir para impulsionar processos de inovação e mudança estrutural?
3. Que políticas podem transformar o crescimento em mudança estrutural?
4. As oportunidades trazidas pelo dinamismo da demanda interna, pela prioridade conferida ao combate à pobreza e pela ameaça ambiental, podem ser incorporadas numa política de produção e de inovação? Como?
5. É necessário criar novas políticas de inovação? Ou trata-se de modificar aspectos das chamadas políticas implícitas – macroeconômicas, industriais, sociais?